

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.610 - GO (2019/0295493-9)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : TULIO RIBEIRO DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE LUIZ MACIEL FONTENELE - DF046630  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por TULIO RIBEIRO DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no julgamento do *Writ* n. 5416502.71.2019.8.09.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 2º, § 2º, da Lei 12.850/2013, e 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, e nos arts. 157, § 3º, inciso II, c/c os arts. 14, inciso II, e 29, 180, *caput*, por duas vezes, e 311, por duas vezes, c/c o art. 29, estes do Código Penal, todos em concurso material.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Alega o recorrente a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, inculpidos no art. 312 do CPP.

Afirma que está sofrendo constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo para a formação de sua culpa, estando preso desde 28/11/2018.

Sustenta a falta de proporcionalidade da prisão, uma vez que sua participação nos atos delituosos foi desprovida de violência ou grave ameaça contra a pessoa.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja deferida a liberdade provisória ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto reprochado (e-STJ fl. 1710):

[...]

*Em terceiro, porque os atos jurisdicionais impugnados neste habeas corpus atendem aos aspectos extrínsecos de legalidade (artigo 311, 2ª parte; artigo 313, inciso I, e artigo 315, todos do CPP) de que se devem revestir toda e qualquer deliberação ordenatória e mantenedora de uma custódia cautelar, porquanto: (i) foram editados por autoridade judiciária competente, (ii) os crimes de associação criminosa, latrocínio tentado, receptação simples dolosa, adulteração de sinal identificador veicular e posse de artefatos bélicos de uso restrito são punidos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

com penas privativas de liberdade máximas cujo somatório é bem maior do que 4 anos; e (iii) as magistradas prolatoras das decisões explicitaram os motivos de seu convencimento quanto à necessidade do enclausuramento preventivo de Túlio Ribeiro de Souza.

Em quarto, porque a justificativa judicial estribada na hipotética gravidade concreta do agir do paciente, em razão de, em tese, integrar organização criminosa que roubou três carros-forte mediante o emprego de armamentos pesados e artefatos explosivos, se harmoniza com intelecções sedimentadas: (1º) tanto do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que “a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes: HC. nº 121.991, Rei. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, julgado em 28/10/2014; HC. nº 95024, Rel.ª Min.ª Cármen Lúcia, 1ª Turma, julgado em 14/10/2008; FIC. nº 111.009, Rel.ª Min.ª Cármen Lúcia, 1ª Turma, julgado em 18/12/2012” (AgRg. no HC. nº 124.911/SP, 1ª Turma, Rei. Min. Luiz Fux, DJ. De 4.3.2015); (2º) como do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que “a vinculação com grupo criminoso demonstra a periculosidade do agente, evidenciando a probabilidade concreta de continuidade no cometimento de delitos”, legitimando a segregação cautelar “fundamentada na garantia da ordem pública” (RHC. Nº 70.193/RJ, 6ª Turma, Rei. Min. Antônio Saldanha Palheiro, DJ. de 22.6.2016).

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

Nesse sentido:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO (CONCURSO DE AGENTES). EMPREGO DE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA (RÉPLICA DE ARMA DE FOGO). PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA AÇÃO. NECESSIDADE DE PRISÃO DOMICILIAR. REQUISITOS. NÃO COMPROVAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. A segregação cautelar foi mantida pelo Tribunal impetrado em

# Superior Tribunal de Justiça

*razão da periculosidade do recorrente, evidenciada pela gravidade concreta da ação - em concurso de agentes e emprego de simulacro de arma de fogo, teriam subtraído pertences de uma pluralidade de vítimas que aguardavam em um ponto de ônibus. Em seguida, empreenderam fuga pelo bairro, mas foram detidos por uma viatura de apoio. Prisão mantida para assegurar a ordem pública. Precedentes.*

3. Esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que, à luz do disposto no art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, o preso deve comprovar, simultaneamente, o grave estado de saúde em que se encontra e a incompatibilidade entre o tratamento de saúde e o encarceramento, (...). (HC 467.824/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 11/12/2018, DJe 1º/2/2019) 4. No caso, a defesa não se desincumbiu de demonstrar, por meio de documentação idônea, a grave condição de saúde do paciente, como prevista no dispositivo legal mencionado, ou mesmo a impossibilidade de o preso receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra. Precedentes.

5. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC 105.944/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 20/02/2019)"

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA.**

**CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

3. No caso, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminais, pois, além de o paciente não residir no distrito da culpa, **verifica-se a acentuada gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo e em concurso de agentes.** Tais circunstâncias justificam a prisão preventiva do paciente, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o crime fora praticado.

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 476.214/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 13/02/2019)"

# *Superior Tribunal de Justiça*

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca da situação prisional do recorrente e demais elementos necessários ao deslinde da questão.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator